

## FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO COMUM

Vanderlei Balbino da COSTA<sup>1</sup>  
Fátima Elizabeth DENARI<sup>2</sup>

136

**RESUMO:** A pesquisa de doutorado resulta de trabalho que está sendo realizado nas escolas públicas, de um município pólo do Estado de São Paulo, com docentes que atuam no ensino comum ministrando aulas para estudantes deficientes matriculados no ensino comum. O objetivo do trabalho foi compreender como vem ocorrendo o processo de inclusão em escolas da rede básica de ensino na perspectiva dos(as) docentes que ministram aulas para estudantes deficientes nos níveis de aprendizagem. Identificar a concepção docente sobre a inclusão escolar dos(as) estudantes deficientes incluídos(as) no ensino comum nas escolas da rede básica. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa ancorada nos princípios filosóficos da Fenomenologia. Os resultados nos mostraram que o processo de inclusão em relação à educação escolar encontra dificuldades para se efetivar, dada a má preparação e formação docente. As observações junto aos estudantes deficientes também demonstraram o quanto esses(as) estão insatisfeitos com o tratamento que os(as) docentes dispensam, no sentido de participar das atividades educacionais planejadas nas escolas pelos profissionais que ministram aulas nos diferentes componentes curriculares. Nossas reflexões são as de que o processo de Inclusão na Educação Escolar poderá demorar muito para ocorrer nas escolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão escolar. Equidade. Educação. Formação docente.

### Introdução

No novo milênio, que ora se inicia, pensar a escola é pensar nas múltiplas possibilidades que esta tende a oferecer aos educandos. Para tanto, é papel de a escola valorizar as diferenças, a singularidade, enfim, abraçar a diversidade na pluralidade e respeitar princípios, conforme destaca Barroso (2006, p. 290): “A educação, a instrução, a formação, a animação, a guarda, a alimentação, o lazer, o apoio social, o convívio intra e intergeracional, a ação comunitária etc.”

O presente artigo é resultado da pesquisa de doutorado intitulada concepção e prática docente sobre a inclusão escolar: olhares e percepções para os diferentes níveis de aprendizagem. No programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos/SP. Neste estudo procuramos identificar como vem se dando a formação dos docentes que atuam no ensino comum ministrando aulas para estudantes deficientes matriculados na rede básica de ensino.

<sup>1</sup> Doutorando em Educação Especial. UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Humanas e da Educação - Pós-Graduação em Educação Especial. São Carlos – SP – Brasil. 13.565-905 - vanderleibalbino@gmail.com

<sup>2</sup> UFSCar - Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Humanas e da Educação - Pós-graduação em Educação Especial. São Carlos – SP – Brasil. 13.565-905 - fadenari@terra.com.br

Historicamente a escola se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão. Neste sentido, intencionamos neste artigo identificar como a formação docente vem ocorrendo no sistema educacional, no qual se pretende garantir a inclusão dos estudantes deficientes matriculados no ensino comum.

No paradigma educacional, durante décadas, a escola foi considerada um espaço no qual uma de suas funções precípua era difundir o conhecimento científico, o saber elaborado e a promoção de ações educativas sistematizadas. Esses princípios fizeram com que a escola fosse suleada por dois caminhos, e conforme ressalta Novoa (1997), a escola sempre foi considerada um lugar de cultura. Antes, numa concepção idealizada, ela era vista como o lugar de aquisição de conhecimentos e de normas “universais”. Depois, numa perspectiva crítica, como lugar de inculcação ideológica e de reprodução social. O fato é que a escola está sempre vinculada à formação de pessoas, à produção de indivíduos e subjetividades.

Nossa intenção neste estudo é identificar as causas, pelas quais, nas últimas décadas, presenciamos um conjunto de mudanças educacionais, no que se referem os parâmetros curriculares, mudanças nas leis de acessibilidade, na universalização da escola, na obrigatoriedade do ensino, enfim, mudanças num tipo de escola que sempre foi excludente, seletista e conservadora para uma aparente mudança à outra escola que tem como meta a inclusão de todos, no acesso e no sucesso.

Nossos objetivos neste artigo foram:

- **Compreender** como vem ocorrendo o processo de inclusão em escolas da rede básica de ensino na perspectiva dos (as) docentes que ministram aulas para estudantes deficientes nos diferentes níveis de aprendizagem.
- **Identificar** se a formação dos docentes vem contribuindo para o processo de inclusão escolar dos (as) estudantes deficientes incluídos (as) no ensino comum nas escolas da rede básica.

## **Método**

Nossa opção metodológica priorizou a pesquisa qualitativa que, de acordo com Husserl (1975), busca a obtenção de uma compreensão, de uma consciência de alguma coisa, destarte, não estabelece critérios de verdade e/ou falsidade diante das proposições dos sujeitos, a verdade aqui considerada é a verdade do ser, é o fazer-se manifesto. A realidade

ocorre através da relação existente entre o compreendido e o comunicado, assim sendo, é perspectival.

Ancorada na observação participante, convivemos, observamos e entrevistamos docentes que ministram aulas no ensino comum nas escolas públicas da rede básica de um município localizado na região central do estado de São Paulo. De acordo com Spink (2007, p.10-11) a observação participante é “[...] realizada de dentro de uma dada situação. Senão como membro nato da situação observada, pelo menos como membro aceito pelos demais partícipes.”

Ao elencar nossos objetivos, bem como a opção metodológica, nossa primeira atitude foi nos dirigirmos à Diretoria Regional de Ensino (DRE), procurar a coordenadoria dessa instituição a fim de descobrirmos em quais escolas havia matrículas de estudantes deficientes frequentando o ensino comum. De posse destas informações realizamos aproximação inicial em cinco escolas, onde há estudantes deficientes matriculados.

A observação dos docentes, que atuam no ensino fundamental e médio, foi realizada em 2010 pelo pesquisador deste estudo, que é deficiente visual. Em 2011 entrevistamos 10 docentes, cuja intenção foi identificar como vem se dando a formação docente no processo de escolarização dos estudantes com deficiência no ensino comum. Neste sentido os instrumentos de coleta dos dados se consubstanciaram em diários de campo. De acordo com Bogdam e Biklen (1994, p.150) diário de campo é “[...] relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo.”

Ao ingressar nas escolas, o pesquisador sentava-se próximo aos estudantes com deficiência, visando observar como os docentes ministravam suas aulas. De posse de um gravador e de uma reglete<sup>3</sup>, observava, gravava e relatava em diário/notas de campo as atividades pedagógicas aplicadas na sala de aula do ensino comum.

Ao dialogar com os referenciais teóricos, sobre a entrevista semiestruturada, é relevante assinalar que no entendimento à luz da fenomenologia, o objetivo seria o de alcançar o máximo de informação, clareza dos fenômenos sociais. Desse modo, as questões descritivas, de acordo com Triviños (1987) e Manzini (2004), observam que: “[...] as

---

<sup>3</sup> Reglete corresponde a uma régua dupla, que abre e fecha com apoio de dobradiças no canto esquerdo, e em cuja abertura é destinada ao papel, sendo fixado entre a régua superior e a inferior. Na régua superior, encontramos retângulos vazados, cada um compreendendo 6 pontos, na disposição de uma “cela” Braille e na inferior, podemos encontrar várias “celas” Braille todas em baixo relevo. O punção será colocado dentro de cada janela, e uma a uma pressiona-se os pontos desejados para cada letra. A escrita é feita da direita para a esquerda, sendo que o relevo será encontrado ao retirar e virar a folha, já que quando apertamos o punção na folha, o relevo será formado na face contrária e ao retirá-la, a leitura processa normalmente: da esquerda para a direita.

perguntas descritivas teriam grande importância para a descoberta dos significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais.”

Após frequentar escolas da rede básica deste município, durante o ano de 2010, observando e registrando sistematicamente nossas percepções em diários/notas de campo a prática dos/das docentes no ensino comum, fizemos também algumas entrevistas do tipo semi-estruturada, na qual pretendíamos analisar quais os olhares e percepções dos/das docentes sobre os/as estudantes diferentes/deficientes matriculados no ensino comum. Partindo dessa premissa, é importante salientar que de acordo com Triviños, (1987, p.146) a entrevista semiestruturada se caracteriza pelos: “[...] questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa.”

Pensamos ser relevante destacar que as observações foram realizadas durante o ano de 2010 em cinco escolas da rede pública estadual, porém cumpre-nos ressaltar que as entrevistas se realizaram em 2011 com dez docentes do ensino fundamental e médio.

Intencionamos com a realização das entrevistas, aprofundar nossa compreensão daquilo que observamos nas escolas e o que os docentes percebem sobre o processo de inclusão escolar dos estudantes diferentes/deficientes matriculados no ensino comum.

Sempre antes do início das entrevistas com os docentes, realizávamos um preâmbulo, conforme segue: Bom dia! Sou estudante de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. Estou realizando uma pesquisa sobre *Concepção e prática docente acerca da inclusão escolar: olhares e percepções para os diferentes níveis de aprendizagem*. Sua participação será muito importante para que possamos levantar a opinião de docentes sobre a inclusão escolar nas escolas da rede básica.

Ao propor observar os/as docentes nas escolas onde os/as mesmas ministravam aulas para estudantes diferentes/deficientes, propomos também realizar entrevistas/semi-estruturada no sentido de investigar a formação docente bem como olhares e percepções que esses/as tem sobre a inclusão de estudantes diferentes/deficientes matriculados/as no ensino comum. Nesse sentido delineamos 10 questões que sulcaram nossas ações no momento da nossa investigação. A saber:

1. O que você entende sobre inclusão escolar e como você vê o processo de inclusão dos deficientes no ensino comum?
2. Em sua opinião, quais os limites, desafios e possibilidades que a escola pública enfrenta para incluir os estudantes com deficiência no ensino comum?
3. A escola em sua opinião está adaptada para a promoção dos estudantes com deficiência no ensino comum?

4. Em sua formação inicial e continuada quais conteúdos da grade curricular do seu curso abordaram a questão das deficiências, bem como da inclusão escolar?
5. Como se deu sua Capacitação, preparação e habilitação para incluir estudantes com deficiência no ensino comum, e, caso haja estudante com deficiência incluído na sala junto aos demais?
6. Enquanto docente como você avalia sua prática em sala de aula diante dos estudantes com deficiência?
7. Você faz adaptação no currículo, bem como nos conteúdos nas suas aulas, no sentido de facilitar o desempenho dos estudantes com deficiência?
8. Na sua prática, pedagógica, quais atividades os estudantes com deficiência podem e devem participar?
9. Como reagir diante da negativa dos pais de estudantes considerados normais quando há na sala estudantes com deficiência?
10. Na sua opinião, o que o sistema educacional comum e a sociedade civil, devem fazer para que os estudantes com deficiência possam se sentir realmente incluídos na escola?

## Resultados

Ao nos reportarmos ao Brasil, é relevante assinalar que foi somente com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, que tivemos efetivamente um maior enfoque acerca da inclusão escolar das pessoas com deficiências, preferencialmente matriculadas no ensino regular.

Em se tratando do Brasil, é premente a falta de curso de formação que prepare docentes para atuarem na Educação Básica com pessoas deficientes. Os limites da formação no ensino superior podem ser vivenciados ao identificar a opinião do docente I ao descrever: “Não tive essa formação, a formação que eu tive foi à formação de aprendizagem da própria escola”. Nos diversos níveis de ensino, temos percebido que há uma lacuna nos cursos de formação de docentes sobre a temática da Inclusão Escolar. Isso se torna evidente na observação de Vitalino (2007, p.400) ao afirmar:

A inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), nos diversos níveis de ensino, depende de inúmeros fatores, especialmente,

da capacidade de seus professores de promover sua aprendizagem e participação. E aí surge o questionamento: Os professores estão preparados para assumir tal responsabilidade?

A problemática recorrente identificada neste estudo diz respeito à questão da formação docente devido à escassez de conteúdos e disciplinas. Em depoimento, uma das nossas entrevistadas afirmou não ter tido na graduação nenhuma disciplina e/ou conteúdos que abordassem as deficiências: “Bom. Não, não tive nenhuma disciplina que abordasse qualquer tipo de deficiência.” Nessa mesma direção a docente X comenta:

Olha, minha formação inicial já aconteceu alguns anos. Como eu já lhe falei, nós não tínhamos contemplado na grade curricular disciplina de educação especial.

Numa escola que celebra a diversidade na pluralidade, que respeita as diferenças nas individualidades, a ação pedagógica necessariamente pode e deve adaptar o currículo aos aprendizes. Isso não significa reduzir ou limitar os objetivos educacionais. Esse pressuposto configura-se na luta para que as desigualdades possam ser atenuadas, e que o nível do ensino possa se elevar. De acordo com Perrenoud (2001) citado por Denari (2006, p.6) a postura docente em selecionar e adaptar o currículo às pessoas não reduz sua capacidade, ao contrário, permite que o mesmo também aprenda diante das diferenças:

Acrescentemos de imediato que adaptar a ação pedagógica ao aprendiz não é, no entanto, nem renunciar a instruí-lo, nem abdicar dos objetivos essenciais. Diferenciar é, pois, lutar para que as desigualdades diante da escola atenuem-se e, simultaneamente, para que o nível do ensino se eleve.

O problema crucial que estamos presenciando na escola é a insistência em fazer com que nessas seja um lugar de “normais”, “perfeitos”, “bem constituídos”. Partindo dessa premissa, Santos e Paulino (2008, p.12-13) observam:

Igualdade, um dos fundamentos da Educação Inclusiva, não é, de forma alguma, tornar igual. Incluir não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas. Portanto o “aluno-padrão” não existe: cada integrante deste cenário deve ser valorizado como é, todo o processo de ensino-aprendizagem deve levar em conta estas diferenças. Para que isso ocorra, dois “tabus” da escola precisam ser revistos: o currículo e a avaliação.

Nessas reflexões, identificamos em observações, bem como nos diálogos que tivemos com os (as) docentes a necessidade de formação continuada em serviços desses (as), por fim,

adaptação dos currículos escolares a essa nova realidade. Conforme ressalta González (2007, p.29):

Adaptar o ensino às crianças, atendendo as diferenças individuais (suas necessidades e peculiaridades), é um tema que sempre preocupou os profissionais da educação. É provável que essa preocupação tenha se tornado menor nos últimos anos. A questão é adaptar a educação ao indivíduo, e não o indivíduo à educação, submetendo-o a um caminho de segregação, fracasso ou marginalização.

É necessário assinalar nesta análise, que hoje a escola encontra-se aberta ao diferente, claro, as leis exigem que assim ela seja. O problema é que nessa mesma escola há uma comunidade despreparada, sem qualificação e sem habilitação para receber o diferente na escola. Nossa análise, acerca dos resultados, dizem respeito à necessidade de formação docente para atuar no ensino comum com estudantes deficientes. Neste sentido o docente II é enfático em afirmar:

A Universidade não prepara ninguém. A universidade, infelizmente, ela teoriza muito, idealiza muito, muita ideologia, muito utopismo, e hora que a pessoa cá na real que é o ensino, ele vê que o que aquilo que ele aprendeu não serviu pra nada.

Acerca dessa assertiva, na qual a formação docente é precária a docente IX assim se expressa:

Nossa, na escola e na minha formação nunca vi isso. Não, na minha formação não, isso vim conhecer depois, por que eu tenho um aluno deficiente, só por isso, só depois da minha formação.

Pensamos ser relevante assinalar neste estudo que para que a Inclusão possa ocorrer é imprescindível que os (as) docentes se preparem para que na escola a inclusão do deficiente, do estranho, do dessemelhante não se constitua em obstáculos ao ensino.

No que se refere à formação continuada, identificamos uma grande lacuna conforme ressalta o docente V:

Olha eu nunca participei de uma capacitação nesse nível. É... a pouca experiência que eu adquiri foi diretamente com o aluno e eu confesso que eu aprendi mais com ele e pode se dizer que o pouco que eu assimilei, as experiências que eu vivenciei foram na prática e foram bastante significativas.

Partindo desta premissa, Carvalho (2006, p.158) alerta:

Precisamos colocar os pingos nos “is” e entender que a inclusão envolve a reestruturação das culturas, políticas e práticas de nossas escolas que, como sistemas abertos precisam rever suas ações, até então, predominantemente elitistas e excludentes.

## Considerações

Neste novo século, que ora se inicia, estamos vivenciando uma dinâmica social capaz de nos impressionar. Nunca vimos antes na história da humanidade tantas pessoas se deslocando de seus lugares e continentes. Culturas até então distantes, estão agora colocadas face a face. Isto exige cada vez mais saber lidar com as diferenças.

Nossas considerações diante desta análise são as de que em todos os níveis de aprendizagem, consideramos ser de fundamental importância salientar que não é possível educar na e para a diversidade, principalmente se observar o que pensam Fogli, Silva Filho e Oliveira (2008, p.119) ao indagarem:

1. Poderá o educador engajar-se numa proposta de inclusão atuando de forma interdisciplinar sendo sua formação fragmentada?
2. Existem condições para o educador entender como o aluno aprende se não lhe foi reservado espaço para perceber como ocorre sua própria aprendizagem?
3. Buscará a transformação social se ainda não iniciou o processo de transformação pessoal?

Notamos, nessas reflexões, que as dificuldades da Inclusão podem estar além das condições de trabalho docente (salas de aulas lotadas; recursos materiais limitados; baixo status profissional, valorização e remuneração).

Neste paradigma cumpri-nos assinalar que para avançar e consolidar a Inclusão é fundamental que as instâncias de poder, os sistemas de ensino, as escolas, os (as) docentes e a sociedade de modo geral mobilizem-se, sensibilizem-se, despojem-se dos preconceitos e estereótipos, assumindo a educação do deficiente e de todos (as) na pluralidade e na diversidade.

Pensamos que no processo de Inclusão, os (as) docentes tem pela frente um grande desafio: o respeito às identidades, às diferenças na e para a diversidade. Pois, numa Escola Inclusiva que abraça a diversidade na pluralidade e que se propõem ouvir o outro, o estranho, em fim, o diferente, é necessário ao educador disponha de engenho, paciência e energia. Diante do exposto, pensamos que, de acordo com Masini (2007, p.30):



Carinho, vontade, disponibilidade, confiança, perseverança somados ao engenho e paciência não são suficientes sem energia e firmeza para incentivar a criança a participar e realizar por si, nas atividades do dia-a-dia, pois às vezes parece mais fácil e mais rápido fazer as coisas por ela, em vez de esperar e insistir para que execute a tarefa por si.

Nessas reflexões, foi possível identificar que as práticas sociais na escola, se encontram ladeadas por dois discursos: de um lado, o discurso da inclusão educacional pautado no despreparo dos profissionais da educação. De outro, o problema é o da integração que a nosso ver não serve, porque só integra aqueles que conseguem adaptar-se ao meio, se manter no sistema, sem que a sociedade se modifique para recebê-lo.

Finalmente, mobilizar os docentes, bem como toda a comunidade escolar, e principalmente a família, a nosso ver configura-se como um grande passo para que a educação inclusiva possa se consolidar não só nos cursos de formação docente, mas também na educação básica, e por fim para toda a sociedade. No momento das entrevistas identificamos a necessidade de formação docente, seja no ensino superior, seja no Estado, onde os profissionais da educação precisam da formação continuada. Isso se evidencia diante do depoimento do docente IV ao afirmar:

Olha, sinceramente nenhum viu, porque essa preocupação, após muita luta, por parte das famílias e dos próprios deficientes hoje é que o Estado começa a dar um olhar diferenciado.

Numa escola inclusiva a educação necessariamente deve primar por princípios como: o diálogo enquanto fenômeno humano, cuja palavra constitui como um direito de todos e não privilégio de alguns. É por esta e outras razões que Freire (1987), nos alerta que ninguém pode pronunciar a palavra verdadeira sozinho, já que o diálogo é o encontro dos homens mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.

Não é nossa intenção neste estudo condenar a escola pelo seu fracasso, ela é fruto de um sistema que durante décadas esteve sempre a serviço da classe dominante, aliás, é para isso que ela foi criada. Não queremos aqui também incutir a culpa aos docentes, eles também estão despreparados para transformar a escola. Também não intencionamos atribuir a responsabilidade aos (as) educandos (as) pelo seu fracasso, eles (as) são os maiores prejudicados, vitimizados por um sistema que sempre privilegiou apenas os “bons, perfeitos, normais, bem-constituídos.”

Nessa análise pensamos ser relevante tecer aqui nossa concepção acerca da Inclusão. A nosso ver, incluir não é depositar nas escolas ou em diferentes níveis de aprendizagem

peças com deficiências. Incluir, em essência, implica também acolher a todos de todos os grupos, tendo a clareza de que as pessoas são seres singulares diferentes dos outros, com diferentes perspectivas e, portanto, oriundas dos mais diferentes contextos socioculturais, políticos, etc.

### **TEACHER TRAINING: REFLECTIONS ON THE EDUCATION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN EDUCATION POLICY.**

**ABSTRACT:** *The results of doctoral research work being conducted in public schools in a city center of São Paulo with teachers who work in the common teaching classes for disabled students enrolled in common. The objective was to understand how the process has taken place in schools for inclusion in the basic education from the perspective of (the) teachers who teach classes for disabled students in the learning levels. Identify the design faculty of the inclusion of the school (s) included students with disabilities (as) common in schools in teaching basic network. The methodology used was qualitative research rooted in the philosophical principles of phenomenology. The results showed that in the process of inclusion in relation to school education find it difficult to be effective, given the poor preparation and teacher training. The observations with students with disabilities also showed how these (as) are dissatisfied with the treatment (s) dismiss teachers, to participate in educational activities in schools designed by professionals who teach classes on various components. Our thoughts are that the process of Inclusion in School Education may take long to occur in schools.*

**KEYWORDS:** *Educational inclusion. Equity. Education. Teacher formation.*

### **REFERÊNCIAS**

BARROSO, J. Incluir sim, mas onde? Para uma reconceitualização sócio-comunitária da escola pública. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006. p.275-297.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is".** 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

DENARI, F. E. Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial: da segregação à inclusão. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006. p.35-63.

FOGLI, B. F. C. S.; SILVA FILHO, L. F.; OLIVEIRA, M. M. N. S. Inclusão na educação: uma reflexão crítica da prática. In: SANTOS, M. P dos.; PAULINO, M. M. (Org.). **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.107-121.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZÁLEZ, E. A educação especial: conceito e dados históricos. In: GONZÁLEZ, E. (Org.). **Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional**. Porto Alegre: ARTMED, 2007. p.17-46.

HUSSERL, E. **Ideas: general introduction to pure phenomenology**. Londres: Collier Macmillan, 1975.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS: A PESQUISA QUALITATIVA EM DEBATE, 2., 2004, Bauru. **Anais...** Bauru: SIPEQ, 2004. p.1-10.

MASINI, E. F. S. (Org.). **A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores**. São Paulo: Vetor, 2007.

NÓVOA, A. Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és e vice-versa. In: FAZENDA, I. (Org.). **A pesquisa em educação e a transformações do conhecimento**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1997. p.29-41.

SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. Inclusão em educação: uma visão geral. In: SANTOS, M. P dos.; PAULINO, M. M. (Org.). **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.11-16.

SPINK, M. J. P. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, n.19, v.1, p.7-14, jan./abr. 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VITALINO, C. R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13, n.3, p.399-414, 2007.